

1

Renato Pinto Venancio
Universidade Federal de Minas Gerais

**POR UMA HISTÓRIA
DOS ARQUIVOS:**
DEFINIÇÃO DO OBJETO E SEUS IMPACTOS

O título do presente texto é bastante abrangente, mas o subtítulo é centrado na definição do “objeto” da história dos arquivos e, secundariamente, nos seus impactos epistemológicos e nas definições de fontes. O objetivo é mostrar que há uma relação intrínseca entre essas várias dimensões. Em outras palavras, para se propor uma história dos arquivos, fundamentar suas bases epistemológicas e identificar suas fontes, é necessário primeiro definir no que consiste seu “objeto”, ou seja, definir o que se entende por “arquivo”.

A princípio isso pode parecer óbvio, mas, como se procurará mostrar ao longo desse trabalho, não é. Além disso, essa história é interdisciplinar. Em certo sentido, quando se menciona “perspectiva histórica” e “arquivo”, estabelecem-se implicitamente relações entre duas áreas: História e Arquivologia. Como, porém, abordar essa interrelação sem criar formas de subordinação? Em outras palavras, como abordar a História de forma arquivística e a Arquivística de forma histórica, mantendo a organicidade entre esses dois campos, sem subordinar um ao outro?

Também é preciso reconhecer que já existem propostas para se pensar essas questões. O livro *História da Arquivologia no Brasil*, publicado em 2014, e organizado por Angélica A. Cunha Marques, Georgete M. Rodrigues, e Paulo R. Elian dos Santos apresenta avanços pioneiros nesse sentido. Esse último autor também publicou, em 2020, “Um ensaio historiográfico sobre a história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas”, procurando mapear as duas áreas (ou seja, a história dos arquivos e a história da Arquivologia). Um volume da *Revista Brasileira de História*, de 2018, e outro, da revista *Acervo*, de 2021, dedicaram-se à história dos arquivos e da Arquivologia, sugerindo roteiros de temas, fontes e perspectivas de pesquisa.

Essas referências mostram a vitalidade e contemporaneidade da pesquisa sobre a história dos arquivos e da Arquivologia. Sem desconhecer a importância desses roteiros, busca-se no

presente texto avançar nova proposta, calcada na integração entre estudos históricos e estudos arquivísticos. Embora longe de ter a pretensão de esgotar a definição do objeto, procura-se contribuir para melhorar sua precisão.

No sentido de alcançar este objetivo, apresenta-se um roteiro de pesquisa nascido de definições arquivísticas, e, em seguida, propõe-se historicizar essa perspectiva. A primeira etapa de elaboração dessa proposta recorre a dicionário de terminologia arquivística. Quem consultar essa fonte constatará que o termo “arquivo” é polisêmico. No dicionário de autoria de Ana Maria de Almeida Camargo, Heloísa Liberalli Bellotto e outras autoras, lemos que:

ARQUIVO 1. Conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas [...] 2. Entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição [...] 3. Edifício em que são guardados os arquivos [...] 4. Móvel destinado à guarda de documentos [...] 5. Em processamento de dados, conjunto de dados relacionados, tratados como uma totalidade (Camargo *et al.*, 2010, p. 21-22).

A proposta aqui apresentada tem por objetivo transformar essas definições em temas de pesquisa histórica. Acredita-se que, ao assim proceder, é possível estabelecer uma proposta que tem unidade epistemológica, ao mesmo tempo em que mantém relações orgânicas entre História e Arquivologia, sem hierarquização entre elas. Mais ainda: assim procedendo, sinaliza-se para fontes, existentes ou potenciais, que podem dar corpo e vida a esses estudos.

Antes de avançar na definição desses temas, é preciso sublinhar que, no presente texto, diferencia-se a “história dos arquivos” da “história da Arquivologia”. Essa última não será abordada e é compreendida como a história das funções arquivísticas, ou seja, a história da produção, classificação, avaliação, aquisição, preservação,

descrição e difusão/acesso (Couture, Rousseau, 1994), assim como de funções específicas da bibliografia brasileira, como identificação e arranjo. Nesse sentido, não se está incluindo neste levantamento, por exemplo, as importantes teses de doutorado de Francisco Cougo (2021) e de Thiago Vieira (2021), assim como a síntese de Clarissa M. dos Santos Schmidt (2015), por considerá-las fronteiriças das duas áreas, embora se aproximem mais da história da Arquivologia do que da história dos arquivos. A história da Arquivologia também engloba a história do ensino desse campo de conhecimento, conforme revelam as pesquisas de Angélica Marques (2013) e a história das associações, como nos casos da tese de doutorado de Eliezer Pires da Silva (2013) e na dissertação de mestrado de Yuri Queiroz Gomes (2011). Na perspectiva aqui proposta, ou seja, de “história dos arquivos”, a identificação do “objeto” está vinculada às definições arquivísticas aceitas do que seja um “arquivo”.

No mapeamento dos estudos já realizados e das lacunas a serem superadas, cabe sublinhar que, além da definição geral acima apresentada, há as definições derivadas, entendidas aqui como “tipos-ideais” compostos, de acordo com Max Weber, que também podem e devem ser historicizadas.² Citarei apenas duas definições derivadas, por serem particularmente sugestivas: a de “arquivo privado” e a de “arquivo público”.

A primeira delas diz respeito ao:

ARQUIVO PRIVADO Conjunto de documentos acumulados em decorrência das atividades de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, depositadas ou não em instituições públicas (Camargo *et al.*, 2010, p. 24).

Essa última definição remete a duas outras definições derivadas: “arquivo privado de pessoa física” (pessoal ou familiar) e “arquivo

2 Um exemplo: há a definição (tipo-ideal) de “cidade”, mas há também o de “cidade antiga”, “cidade medieval” e “cidade moderna”.

privado de pessoa jurídica” (institucional). Outra noção fundamental é de “arquivo público”, assim apresentada no citado dicionário de terminologia arquivística:

ARQUIVO PÚBLICO 1. Conjunto de documentos acumulados em decorrência das funções executivas, legislativas e judiciárias do poder público no âmbito federal, estadual e municipal, bem como conjunto de documentos de entidades de direito privado encarregadas de serviços públicos. [...] 2. Unidade administrativa ou órgão encarregado de um arquivo público (Camargo *et al.*, 2010, p. 24).

Conforme é possível perceber, a definição de “arquivo público” dá origem a um vasto universo de definições derivadas. Tem-se arquivos públicos como “conjunto de documentos acumulados” no âmbito municipal, estadual, federal, não só pelo poder executivo como também pelos poderes legislativo e judiciário. O termo “arquivo público” também remete a “conjunto de documentos de entidades privadas encarregadas de serviços públicos.” Por último, mas não menos importante esse termo remete às instituições arquivísticas propriamente ditas: arquivo público municipal, arquivo público estadual, arquivo público federal e nacional.

Portanto, ao partir das definições técnicas, e não do senso comum, a história dos arquivos é expandida, não se restringindo apenas à história das instituições arquivísticas. O ganho, em termos de pesquisa, pode ser vislumbrado através de matrizes que orientem a definição do “objeto” (ou dos “objetos”), da história dos arquivos. Essas matrizes, cabe repetir, por estarem organicamente vinculadas à Arquivologia, por nascerem de instrumentos reconhecidos pelo campo, permitem que a adoção da perspectiva histórica ocorra sem que haja subordinação de uma área à outra.

Uma vez aceita essa abordagem, é possível avançar em direção aos impactos epistemológicos e à identificação das fontes. Do ponto de vista epistemológico, cabe sublinhar que a história dos arquivos é interdisciplinar. O levantamento de dados dessas pesquisas

ocorre não só nos campos arquivísticos e de Ciência da Informação, expandindo-se para as mais diferentes áreas, como Administração e Arquitetura, somente para mencionar dois exemplos. Em relação às fontes, sublinha-se que, ao ler os resultados de pesquisas científicas, é possível identificar as fontes primárias nelas referenciadas.

Tabela 1 – Referências a expressões derivadas de “arquivo” na Plataforma Lattes

Matriz	Derivada 1	Derivada 2	Derivada 3	Ocorrências
Arquivo				15.463
	Privado			120
		Institucional		59
		Familiar		22
		Pessoal		588
	Público			1.634
		Nacional		569
		Federal		1
			Legislativo ("da Câmara dos Deputados") ("do Senado")	13
			Judiciário ("do STF")	47
		Estadual		52
			Executivo ("do Estado")	94
			Legislativo ("da Assembleia")	8
			Judiciário ("do Tribunal")	50
		Municipal		208
			Executivo ("da Prefeitura")	3
			Legislativo ("da Câmara")	3

Fonte: Plataforma Lattes. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/>. Acesso em 04 maio 2023.

Procedeu-se, assim, a uma sondagem na Plataforma Lattes, seguindo a orientação multidisciplinar acima mencionada. A Tabela 1 sintetiza as informações recolhidas, acompanhadas de quantificação. A primeira coluna registra o termo “arquivo”, identificado como expressão matriz. As três colunas seguintes registram as expressões derivadas, como no caso de “Arquivo Público” Cabe também sublinhar que a base de dados utilizada é de fluxo contínuo e o estoque de informações, efetivamente ou potencialmente, é constantemente alterado. O levantamento realizado, em razão disso, tem validade somente para a data mencionada na fonte da Tabela 1.

Dessa forma foram levantadas as incidências da expressão “Arquivo” na Plataforma Lattes, tendo como resultado um número extremamente elevado: 15.463 ocorrências. Já a expressão derivada “Arquivo Público” remete a 1.634 ocorrências. Esse procedimento foi empregado em relação a outras expressões derivadas, identificando-se diferentes e novas combinações terminológicas, como nos casos de “arquivo do Estado”, “arquivo da Assembleia” ou “arquivo do Tribunal”. Cabe ainda ressaltar que essas ocorrências dizem respeito a todo e qualquer item registrado. Por exemplo, no caso do “Arquivo Nacional” não há apenas publicações científicas usando esse título, havendo também informações sobre servidores dessa instituição ou de pareceristas da revista *Acervo*.

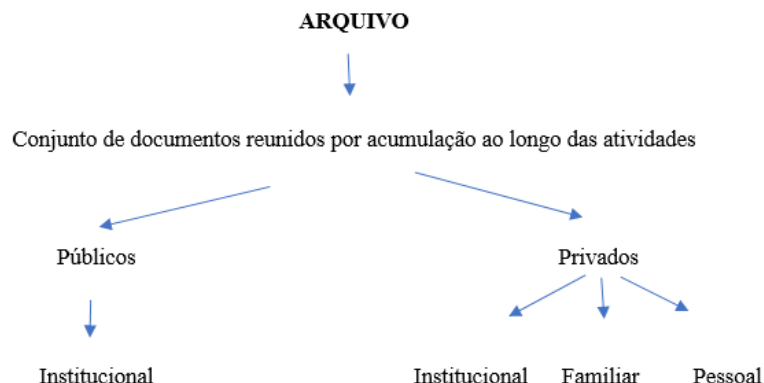
A informação registrada no currículo Lattes, na forma de “história do arquivo”, também pode remeter a uma disciplina ministrada na graduação ou pós-graduação, ou então à organização de um evento. Em outras palavras, os dados da Tabela I dizem respeito a situações muito díspares e que precisam ser filtradas. Apesar desse problema, o levantamento realizado revela um conjunto de informações interessantes. Por exemplo: as expressões derivadas “Arquivo Público Federal” e “Arquivo Federal” são raras ou inexistentes, havendo apenas uma ocorrência dessa última (Gomes, 2014). Outra comparação interessante é entre “arquivo privado” e “arquivo pessoal”, que resultou, respectivamente, em 120 e 588 ocorrências,

sugerindo a generalização não só de uma subárea de pesquisa, como também uma cristalização terminológica.

O segundo passo do levantamento foi o de saber, nesses conjuntos, os que remetem a pesquisas históricas. Em razão do volume extraordinário de dados e a precariedade das ferramentas de busca avançada na Plataforma Lattes, esse levantamento foi realizado na forma de amostragens.

Tendo sido apresentada a quantificação das expressões derivadas, vai-se considerar a incidência de temas identificados no levantamento. O arquivo como “conjuntos de documentos reunidos por acumulação ao longo das atividades” (Figura 1) é um tema cuja história que tem sido explorada. Quando a isso, podem-se citar os trabalhos de Josemar Henrique Melo (2006), Marta Melgaço Neves (1997), e Marcelo Thadeu Quintanilha Martins (2018), analisando, respectivamente, o funcionamento e produção documental das secretarias de governo das capitanias de Pernambuco, de Minas Gerais e de São Paulo. Em relação ao Brasil Império, cabe destacar o mestrado de Marcia Cristina de Carvalho Pazin (2005) sobre a produção documental do legislativo provincial de São Paulo. Cabe também lembrar as contribuições de Paulo Elian dos Santos, referentes à produção documental no Estado Novo, assim como um capítulo da tese de doutorado de Shirley Franco (2014) sobre a história das instituições de repressão e de suas políticas de informação. Embora esses estudos cubram diferentes períodos, muito ainda está por ser pesquisado. Os arquivistas podem e devem ter protagonismo na construção dessa história, até mesmo porque ela, enquanto história administrativa, é pouco valorizada pelos historiadores, que geralmente a compreendem como mero reflexo da legislação ou como restrita às abordagens da história política (TESSITORE, 1996).

Figura 1 – Arquivo como *Conjunto de documentos reunidos por acumulação ao longo das atividades*



Fonte: Elaboração própria.

Em relação à história da acumulação de documentos em instituições privadas, deve-se sublinhar que não só os estudos sobre empresas são raros, como também são poucas as pesquisas sobre as demais instituições. Por exemplo, em relação à história dos arquivos das instituições eclesiásticas identificou-se apenas a dissertação de mestrado de Cristian José Oliveira Santos (2005), abordando os arquivos das prelazias e bispados coloniais. Em relação às instituições privadas internacionais, cabe citar parte da tese de doutorado de Aline Lopes de Lacerda (2008), sobre documentos fotográficos da Fundação Rockefeller do Brasil.

As pesquisas sobre a história da acumulação de documentos de famílias também são raras, cabendo destacar as de Zeny Duarte e Eneida Santana (2010) sobre a família Calmon, na Bahia, e os estudos especializados sobre retratos de família, campo inaugurado no Brasil pelas pesquisas de Míriam Moreira Leite (1993). No que diz respeito à história do produtor de documentos privados pessoais, cabe destacar a pesquisa de Luciana Heymann (2012), que realizou um primoroso estudo sobre o arquivo pessoal de Darcy Ribeiro,

recorrendo à contextualização histórica, assim como cabe lembrar o capítulo “O acervo e seus contornos”, do clássico *Tempo e Circunstância*, de autoria de Ana Maria Camargo e Silvana Goulart (2007).

A Figura 2 apresenta a definição de arquivo entendido como “Entidade administrativa”. Em relação a esse tema, o livro Margareth da Silva deve ser destacado como uma apresentação geral e bem fundamentada. No que diz respeito à história do Arquivo Nacional, pode-se mesmo afirmar que há uma historiografia, existindo numerosas pesquisas, sendo pioneiras as realizadas por Célia Costa (1997); Vitor Fonseca e Silvia Ninita Estevão (2010); e Claudia Heynemann (2012). Esse tema também serve para ilustrar duas limitações da opção pelo uso da Plataforma Lattes: ficaram excluídas as pesquisas internacionais sobre arquivos nacionais, que possibilitariam estudos comparativos (Delmas, Nougaret, 2004; Favier, 2004) e aquelas produzidas pelo Arquivo Nacional sobre sua própria história (Branco, 1937).

Figura 2 – Arquivo como Entidade administrativa



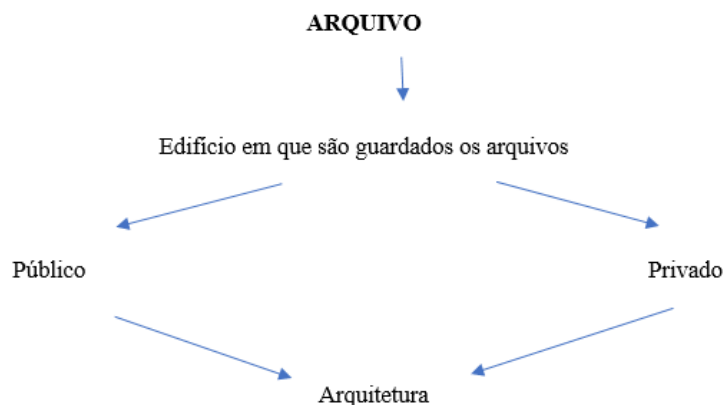
Fonte: Elaboração própria.

Também tem se multiplicado nos últimos anos os estudos sobre gestões específicas no Arquivo Nacional, como as pesquisas de Renata Barbatho (2018) ou de Paulo R. Elían dos Santos (2016), em parceria com Ana Luce Lima, assim como a dissertação de mestrado de João Vicente Teixeira Buzzatti (2015), a dissertação de mestrado de Louise Gabler (2015), e um capítulo de livro escrito por José Maria Jardim (2014). A história dos arquivos estaduais e municipais também tem sido feita, como o caso da tese de doutorado, publicada na forma de livro, de Ivana Parrela (2012), sobre o Arquivo Público Mineiro e o livro de Beatriz Kushnir (2011), em parceria com Sandra Horta, a propósito do Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro, assim como a pesquisa sobre a história da gestão de Luís Henrique Dias Tavares no Arquivo Público do Estado da Bahia, realizada por Maria Teresa Navarro (2018).

Os setores de arquivo, da mesma forma, começam a ser alvo de pesquisas, como as de Taiguara Villela Aldabalde (2010) sobre os setores de arquivo nas administrações provinciais do Brasil Império, ou sobre os setores de arquivo na passagem do Império para a República (Fernandes, 2012), ou, ainda, os estudos sobre arquivos centrais das secretarias estaduais de educação (Mendes, 2011) e os de universidades (Costa, 2016).

Em relação a centros de documentação privados, cabe destacar parte da comunicação científica de Georgete M. Rodrigues, com outros pesquisadores, sobre a história desse tipo de arranjo institucional na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB (Neves, 2004). Sobre a história dos centros de memória privados, não foi possível localizar pesquisas. Quanto à história de centros de memória públicos, tem-se a dissertação de mestrado de Thais Nodare Oliveira (2016).

Figura 3 – Arquivo como *Edifício em que são guardados os arquivos*



Fonte: Elaboração própria.

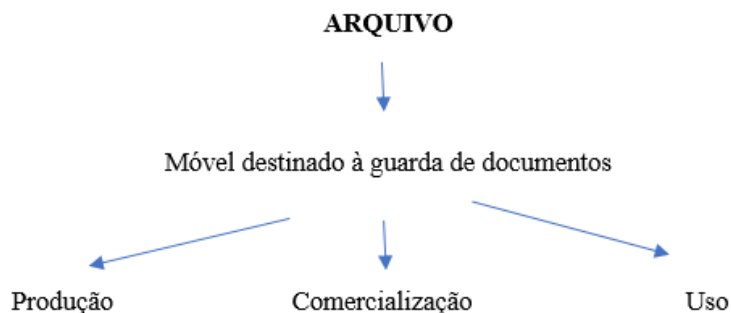
À medida que avançamos no campo das noções derivadas, há um progressivo empobrecimento de referências. Isso deveria servir de estímulo a novas pesquisas. Na Figura 3 apresentamos a definição de arquivo como edificação. Muito ainda há que pesquisar sobre esse tema. Pioneiramente, Claudio Batalha (1982) declara autoria de texto sobre a evolução das instalações do Arquivo Nacional, em publicação sem indicação de autoria, no Mensário do Arquivo Nacional. Também cabe destacar o artigo publicado por Mariana Sousa Bracarense (2015), a respeito da história das edificações que abrigaram o Arquivo Público Mineiro.

A programação do Seminário de História dos Arquivos e da Arquivologia de 2023 é um indicador da ausência de pesquisas sobre a história das edificações que servem como instituições arquivísticas. Apesar de rica e variada, não há nessa programação nenhuma comunicação abordando esse tema. Seria muito importante pesquisar a história dessas edificações, inclusive com eventuais efeitos sobre as políticas públicas arquivísticas. Como é sabido, apesar de pouco recomendado do ponto de vista da conservação preventiva, é bastante frequente a associação entre instituições arquivísticas

e edificações antigas, algumas, inclusive, do período colonial. Seria muito importante saber como foi construída essa associação, até mesmo para superá-la.

A quarta definição de arquivo diz respeito ao mobiliário. Nesse caso, caberia perguntar: trata-se de tema de pesquisa relevante? Na perspectiva de análise aqui adotada, tal resposta é positiva. A história do mobiliário de arquivos não se reduz ao uso dela (Parrela, 2007) cabendo também conhecer a evolução de sua produção e comercialização. Essas dimensões têm sido subestimadas. É importante lembrar que os primeiros manuais de Arquivologia do Brasil, escritos nos anos 1930 e 1940, mencionam empresas que produziam e vendiam mobiliário de arquivos, assim como promoviam treinamento de seu uso, disseminando noções arquivísticas na administração pública e em empresas privadas (Tavares, 1944).

Figura 4 – Arquivo como Móvel destinado à guarda de documentos



Fonte: Elaboração própria.

A quinta definição de arquivo: "processamento de dados, conjunto de dados relacionados, tratados como uma totalidade" remete aos documentos digitais. Nesse âmbito, a investigação implica em refazer o percurso até agora apresentado, da Figura 1 à Figura 4.

No intuito de finalizar, caberia destacar algumas dimensões não contempladas pelas definições acima apresentadas. Esse é o caso dos “sistemas de arquivo”, cuja história tem sido pesquisada no âmbito estadual (Schmidt, Mattos, Tognoli, 2018; Bueno, Rodrigues, 2020). Também é importante sublinhar que as fontes referentes à história dos arquivos são de diferentes naturezas, podendo inclusive ser literárias ou de periódicos jornalísticos. Porém, há um conjunto de fontes que são particularmente importantes, que consistem nos documentos dos “arquivos dos arquivos”. É fundamental a escrita da história desses arquivos e que as instituições arquivísticas os organizem, elaborem instrumentos de pesquisa e, se possível, disponibilizem os representantes digitais desses fundos na internet.

REFERÊNCIAS

- ACERVO**, Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, janeiro/abril 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/83>. Acesso em: 04 maio 2023.
- ALDABALDE, T. V. **A presença do arquivo nos relatórios dos presidentes de província no Brasil (1835-1889)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26082010-142952/pt-br.php>. Acesso em: 04 maio 2023.
- BARBATHO, R. R. G. **O Arquivo Nacional no Estado Novo**: a gestão de Vilhena de Moraes entre 1938 e 1945. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/simple-search?query=Barbatho>. Acesso em: 04 maio 2023.
- BATALHA, C. H. M. Histórico das instalações do Arquivo Nacional: da Rua de Guarda Velha ao edifício da Praça da República. **Mensário do Arquivo Nacional**, v. 13, n.6, p. 183-195, 1982. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 04 maio 2023.

BRACARENSE, M. S. Um patrimônio de pedra e cal. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. LI, 1, p. 22-40, 2015. Disponível em: <https://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1176>. Acesso em: 04 maio 2023.

BRANCO, P. H. T. C. **Subsídios para a história do Arquivo Nacional**: o Arquivo no Império. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1937.

BUENO, D. A. C.; RODRIGUES, A. Cl. Dos sistemas de arquivos à gestão de documentos: reflexões acerca das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo estadual no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 85-108, 2020. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1602>. Acesso em: 04 maio 2023.

BUZZATTI, J. V. T. **Da máquina erudita à instituição arquivística**: rupturas e continuidades nas relações entre pesquisa histórica e técnicas de arquivo: o caso da reforma administrativa do Arquivo Nacional (1958-1964). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/134114?show=full>. Acesso em: 04 maio 2023.

CAMARGO, A. M. de A. *et al.* **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Centro de Memória da Educação FEUSP/FAPESP, 2010, p. 21-22.

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

COSTA, C. **Memória e administração**: o Arquivo Público do Império e a consolidação do estado brasileiro. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/1334>. Acesso em: 04 maio 2023.

COSTA, R. P. F. **A história do Arquivo Geral da Universidade Federal do Espírito Santo**: um estudo de caso. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Documentação, Escola de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/simple-search?location=%2F&query=%22A+hist%C3%B3ria+do+Arquivo+Geral+da+Universidade+Federal+do+Esp%C3%ADrito+Santo%22&rpp=10&sort_by=score&order=desc. Acesso em: 04 maio 2023.

COUGO JUNIOR, F. A. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. 2020. 448f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação e Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7423>. Acesso em: 04 maio 2023.

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. Y. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

DELMAS, B.; NOUGARET, C. (Orgs.). **Archives & Nations dans l'Europe du XIXe siècle**. Paris: École de Chartes, 2004.

DUARTE, Z.; SANTANA, E. A formação das famílias baianas no século XX - 1924/1967 - por meio das releituras do arquivo da família Calmon. In: **IV Enapel** - Encontro Nacional de Pesquisadores de Periódicos Literários: percursos e propostas, p. 10-23, 2010.

FAVIER, L. **La Mémoire de l'État**: histoire des archives Nationales. Paris: Fayard, 2004.

FERNANDES, A. C. S. **Archive-se!** história, documentos e memória arquivística no Ceará (1835-1934). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/02%20(1).pdf. Acesso em: 04 maio 2023.

FONSECA, V. M. M.; ESTEVÃO, S. N. M. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 81-108, 2010. Disponível: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/42>. Acesso em: 04 maio 2023.

FRANCO, S. C. **Sobrevivendo ao mito da destruição total**: os arquivos da Guerrilha do Araguaia. Curitiba: Appris, 2014.

GABLER, L. **Entre a administração e a História**: o Arquivo Nacional sob a direção de Joaquim Pires Machado Portela. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1875.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

GOMES, F. A. S. **As Políticas de Preservação no âmbito de um arquivo federal**: um estudo de caso. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) - Departamento de Ciências da Informação, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/102325>. Acesso em: 04 maio 2023.

GOMES, Y. Q. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12317?show=full>. Acesso em: 04 maio 2023.

HEYMANN, L. Q. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2012.

HEYNEMANN, C. B. **Arquivo Nacional**: 1838-2003. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JARDIM, J. M. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980 do século XX. In: MARQUES, A. A. C., RODRIGUES, G. M. SANTOS, P. R. E. dos. (Org.). **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: AAB/Faperj, 2014, p. 46-58.

KUSHNIR, B.; HORTA, S. **Memórias do Rio**: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em sua trajetória republicana. Rio de Janeiro: Imago, 2011.

LACERDA, A. L. **A fotografia nos arquivos**: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092008-145559/publico/TESE_ALINE_LOPES_DE_LACERDA.pdf. Acesso em: 04 maio 2023.

LEITE, M. M. (2001). **Retratos de Família**. Leitura da Fotografia Histórica. São Paulo: EDUSP, 1993.

MARQUES, A. A. C. **A Arquivologia brasileira**: busca por autonomia no campo da informação e interlocuções internacionais. Rio de Janeiro: AAB, 2013.

MARTINS, M. T. Q. Resgatando arquivos: história custodial do fundo Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 38, nº 78, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/LtsyQMqHXrMjVLbNPmcShHc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 maio 2023.

MATOS, M. T. N. B. Governança e arquivos: a gestão Luís Henrique Dias Tavares no Arquivo Público do Estado da Bahia (1959-1969). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, p. 147-166, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Mm5cBDjfkbcprNsPYBxvTwx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

MELO, J. H. **A ideia de Arquivo**: a secretaria do Governo da Capitania de Pernambuco (1687-1809). Tese (Doutorado). Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação, Universidade do Porto, 2006. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/simple-search?query=P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 04 maio 2023.

MENDES, E. E. **Por entre as camadas do tempo, lembrar e esquecer em um arquivo de educação:** o arquivo da Secretaria de Educação de Juiz de Fora 1938-1996. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/14742>. Acesso em: 04 maio 2023.

NEVES, C. E.; RODRIGUES, G. M.; ANJOS, M. R. G. Arquivos eclesiásticos no Brasil: um estudo sobre o Centro de Documentação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). In: **Anais do I Congresso Nacional de Arquivologia**. Brasília: Associação Brasileira de Arquivologia, 2004. Disponível em: https://www.aargs.com.br/ICNA/MesasdeComunicacoes/12_C58_ArquivosEclesiasticosBrasil.pdf. Acesso em: 04 maio 2023.

NEVES, M. E. M. **Em busca da organicidade:** um estudo do fundo Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23255>. Acesso em: 04 maio 2023.

OLIVEIRA, T. N. **Centros de Memória e Documentação da Universidade Federal de Minas Gerais:** perfis institucionais e políticas de acervo. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AE3LQT>. Acesso em: 04 maio 2023.

PARRELA, I. D. A lógica e o labirinto. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. XLIII, 1, p. 92-105, 2007. Disponível em: <https://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=958&op=1>. Acesso em: 04 maio 2023.

PARRELA, I. D. **Patrimônio documental e escrita de uma história da Pátria Regional:** Arquivo Público Mineiro, 1895- 1937. São Paulo: Annablume, 2012.

PAZIN, M. C. de C. **Produção documental do legislativo no Império** - gênese e tipologia: o caso da assembleia legislativa provincial de São Paulo (1835 - 1889). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22082006-084715/pt-br.php>. Acesso em: 04 maio 2023.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA (RBH), v. 38, n. 78, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/i/2018.v38n78/>. Acesso em: 04 maio 2023.

SANTOS, P. R. E. Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. *In*: MARQUES, A. A.C.; RODRIGUES, G. M.; SANTOS, P. R. E. (ed.). **História da arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Associação dos Arquivistas Brasileiros; Faperj, 2014. p. 17-48.

SANTOS, C. J. O. **Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Documentação, Escola de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <https://www.referenciasarquivisticas.fci.unb.br:8080/jspui/handle/123456789/11>. Acesso em: 04 maio 2023.

SANTOS, P. R. E.; LIMA, A. L. G. S. "Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração": notas sobre a gestão de José Honório Rodrigues (1958-1964). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 483-502, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/arc-25187>. Acesso em: 04 maio 2023.

SCHMIDT, C. M. dos S. **A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015.

SCHMIDT, C. M. dos S.; MATTOS R.; TOGNOLI N. B. Como surgem as políticas arquivísticas: o 1º Leilão da Memória Nacional e o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (Saesp). **Revista Brasileira de História**. maio; v. 38, n. 78, p.167-86, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-08>. Acesso em: 04 maio 2023.

SILVA, E. P. **Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12357>. Acesso em: 04 maio 2023.

SILVA, M. **O arquivo e o lugar**: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos. Niterói: Eduff, 2016.

TAVARES, A. **Manual prático e teórico do arquivista**. Rio de Janeiro: Editora Block, 1944.

TESSITORE, V. História administrativa, a "chave" para os Arquivos Públicos. **Arquivo & História**, n. 2, p. 33-46, 1996.

VIEIRA, T. O. **O patrimônio e as políticas arquivísticas**: uma análise dos acervos (não) custodiados pelo Arquivo Nacional do Brasil. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2021. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/98853/2/0%20patrim%C3%B4nio%20e%20as%20pol%C3%ADticas%20arquiv%C3%ADsticas%20-%20Thiago%20de%20Oliveira%20Vieira.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

WEBER, M. A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na ciência política (1904). **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Ed. da UNICAMP/Cortez, 1992, vol. 1, p. 117-154.